

## **Cassação do Prefeito Raimundo Nonato é discutida na Câmara**

A reunião Ordinária da Câmara Municipal, ocorrida no dia 1º, foi marcada pela discussão que se deu acerca da cassação do Prefeito Raimundo Nonato Cardoso e sua Vice, Lúcia Duque Reis, decidida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no dia 27 de maio, por unanimidade entre os desembargadores.

O Vereador João Batista (PR) comentou sobre a cassação do Prefeito e citou uma entrevista concedida por ele a uma emissora de rádio da cidade, onde Raimundo Cardoso se disse injustiçado pela cassação. O vereador chamou atenção para três pontos a serem observados. O primeiro, “que o Sr. Raimundo Cardoso não foi julgado e condenado enquanto pessoa e cidadão, e, sim, o Prefeito Raimundo Cardoso, enquanto administrador público e chefe do Executivo de Viçosa, por uso indevido da máquina administrativa e abuso de poder econômico”.

O segundo ponto é que “não foi o Dr. Celito Sari, segundo colocado nas últimas eleições, quem cassou o prefeito, e sim a coligação ‘Por uma Viçosa Melhor’, dessa forma, não se deve acusar o Dr. Celito de perseguição, uma vez que ele seria beneficiado diretamente pela cassação por consequência da ação movida pela coligação e não pela pessoa dele”.

O terceiro ponto que o Vereador João Batista sinaliza é para a posição que a Câmara assumiu ao longo de todo o processo, “não dificultando os trabalhos realizados pela Prefeitura e apoiando toda vez que julgava necessário, sem observar razões partidárias ou politicagens”.

Essa posição foi defendida pela vereadora e Presidente da Câmara, Cristina Fontes, (DEM) que afirmou que a Casa se posicionou de forma imparcial em relação aos fatos e que “não importa o resultado final dessa situação, a Câmara continuará atuando de forma única e exclusiva para defender os interesses da população viçosense” - concluiu.

O vereador Lidson Lehner (PR) também se pronunciou a respeito, e disse que uma decisão do TRE, onde 6 desembargadores votaram favoráveis à cassação, só o leva a acreditar que essa é a decisão mais justa que se poderia chegar. Lílson ainda questionou de onde se pode vir uma posição favorável à permanência do Prefeito Raimundo Cardoso no cargo, depois desses dois julgamentos, Viçosa e Belo Horizonte.

O vereador afirmou que será muito bom para a cidade sair dessa situação de indefinição sobre seu futuro e que a chegada da nova administração do Dr. Celito terá um impacto positivo para Viçosa.

O vereador Marcos Nunes (PT) discorreu sobre a decisão da Justiça, afirmando que todos, independente de quem seja, devem respeitar a lei e acatar as decisões judiciais. Por isso, ele espera por um pronunciamento oficial do PT (Partido dos

Trabalhadores) sobre o caso, mas que se o Dr. Celito assumir a Prefeitura, deve ser verificado se ele terá condições legais de ficar no cargo, uma vez que sua candidatura também possui “problemas na Justiça”, afirmou o vereador. “Eu espero que a justiça seja feita para os dois lados” - concluiu.

O vereador Ângelo Chequer (PR) afirmou que os “problemas na Justiça”, mencionados pelo vereador Marcos Nunes, são a respeito da não abertura de conta bancária para a campanha. O vereador afirma que isso realmente foi uma falha no processo eleitoral do candidato, porém, todas as contas do Dr. Celito foram aprovadas. Segundo informou o vereador, não existe, atualmente, nenhum processo contra ele que o impeça de assumir a Prefeitura Municipal.